



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2010

Março de 2011



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RS

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Porto Alegre, RS, 31 de março 2011



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral
Hélio Cardoso Derenne

9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Lindomar Cristani dos Santos

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Assis Fernando da Silva

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Fernando Luiz Lehn da Costa

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Adriana Camera

Chefe da Seção de Corregedoria Regional
Eduardo Amaral Bertão

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

9ªSRPRF - 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

PPRF – Posto de Polícia Rodoviária Federal

UOPRF – Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal (posto PRF)



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	11
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
INTRODUÇÃO	14
A – CONTEÚDO GERAL.....	16
1. IDENTIFICAÇÃO.....	16
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	17
2.1. Responsabilidades institucionais.....	17
2.1.1. Competências Institucionais.....	17
2.1.2. Objetivos estratégicos.....	18
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	19
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico	19
2.2.2. Análise do Plano de Ação.....	19
2.3. Programas de Governo.....	20
2.3.1. Execução dos Programas de Governo.....	20
2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal....	20
2.3.1.1.1. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	21
2.3.1.1.2. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades.....	21
2.3.1.1.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	22
2.3.1.1.4. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária.....	22
2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	23
2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.....	23
2.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	23
2.3.1.2.3. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública.....	24
2.3.1.2.4. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....	24
2.3.1.2.5. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	25
2.3.1.2.6. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	25
2.3.1.2.7. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....	26
2.3.1.2.8. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....	26
2.3.1.2.9. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....	27
2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	27
2.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade.....	28
2.3.1.3.2. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.....	28



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3.1.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.....	29
2.3.1.3.4. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados.....	29
2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.....	30
2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.....	30
2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos.....	30
2.3.2. Execução física das ações realizadas.....	31
2.3.2.1 Análise crítica.....	31
2.4. Desempenho orçamentário e financeiro.....	47
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	47
2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes.....	47
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital.....	47
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	47
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	47
2.4.1.4.1. Análise crítica.....	48
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	48
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários.....	48
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	48
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	49
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	50
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	50
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	50
2.4.2.2.1.1. Análise Crítica.....	51
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	51
2.4.2.2.2.1. Análise Crítica.....	52
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	53
2.4.2.2.3.1 Análise crítica.....	54
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	54
2.4.3.1. Programa 0663.....	54
2.4.3.2. Programa 1386.....	54
2.4.3.2.1 Análise Crítica.....	55
2.4.3.3. Programa 0750.....	56
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	57
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	58
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	58
4.2. Análise crítica.....	58
5. RECURSOS HUMANOS.....	59



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

5.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	59
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	61
5.3. Composição do quadro de Estagiários.....	61
5.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	62
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	63
5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	65
6. TRANSFERÊNCIAS.....	66
6.1. Transferências efetuadas no exercício.....	66
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferências.....	66
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	66
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.....	66
6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.....	66
6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	66
7. DECLARAÇÃO REFERENTE AO REGISTRO DE CONTRATOS, CONVÊNIO E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	67
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N. 8.730/93	68
9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	69
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	69
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	70
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	70
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	71
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	71
11.1.1. Análise Crítica.....	71
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	72
12.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	72
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	73
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	74
15. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	75
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	75
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	75
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	75
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	75
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO PERTENCENTE À ESTRUTURA DO ÓRGÃO.....	76
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	77
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	77
1.1 DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA.....	77



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXOS

- Anexo I - Quadro III**
- Anexo II - Quadro V**
- Anexo III - Tabela XXVII**
- Anexo IV - Tabela XXXIII**
- Anexo V - Quadro XXIV**
- Anexo VI - Quadro XXV**
- Anexo VII - Quadro XXVI**
- Anexo VIII - Quadro XXVII**
- Anexo IX - Quadro XXIX**



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

LISTA DE TABELAS

Tabela I	-	Identificação da Ação 8623
Tabela II	-	Identificação da Ação 200G
Tabela III	-	Identificação da Ação 8698
Tabela IV	-	Identificação da Ação 200C
Tabela V	-	Identificação da Ação 2B11
Tabela VI	-	Identificação da Ação 2524
Tabela VII	-	Identificação da Ação 2720
Tabela VIII	-	Identificação da Ação 2723
Tabela IX	-	Identificação da Ação 2816
Tabela X	-	Identificação da Ação 4290
Tabela XI	-	Identificação da Ação 4641
Tabela XII	-	Identificação da Ação 86A1
Tabela XIII	-	Identificação da Ação 8692
Tabela XIV	-	Identificação da Ação 2000
Tabela XV	-	Identificação da Ação 2004
Tabela XVI	-	Identificação da Ação 2010
Tabela XVII	-	Identificação da Ação 2011
Tabela XVIII	-	Identificação da Ação 2012
Tabela XIX	-	Identificação da Ação 09HB
Tabela XX	-	Identificação da Ação 20CW
Tabela XXI	-	Aquisições – Ação 4290
Tabela XXII	-	Comandos de Saúde nas Rodovias
Tabela XXIII	-	Administração da Unidade
Tabela XXIV	-	Administração da Unidade – aquisição de materiais
Tabela XXV	-	Administração da Unidade – serviços
Tabela XXVI	-	Administração da Unidade – contratos de terceirização
Tabela XXVII	-	Capacitação de servidores
Tabela XXVIII	-	Educação para o Trânsito



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Tabela XXIX -	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas
Tabela XXX -	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas
Tabela XXXI -	Enfrentamento ao Crack e outras drogas – resultados
Tabela XXXII-	Enfrentamento ao Crack e outras drogas – valores executados
Tabela XXXIII-	Ação 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança - resultados
Tabela XXXIV-	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas Regional



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

LISTA DE QUADROS

- Quadro I - Identificação da Unidade Jurisdicionada
- Quadro II - Identificação do Programa de Governo 1386
- Quadro III - Identificação do Programa de Governo 0663
- Quadro IV - Identificação do Programa 0750
- Quadro V - Execução Física das ações realizadas pela UJ
- Quadro VI - Identificação das Unidades Orçamentárias
- Quadro VII - Movimentação orçamentária por grupo de despesa
- Quadro VIII - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ
- Quadro IX - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro X - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro XI - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro XII - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro XIII - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro XIV - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores
- Quadro XV - Composição do quadro de recursos humanos - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro XVI - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro XVII - Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro XVIII - Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro XIX - Composição do Quadro de Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro XX - Composição do quadro de estagiários – Situação apurada em 31/12/2010



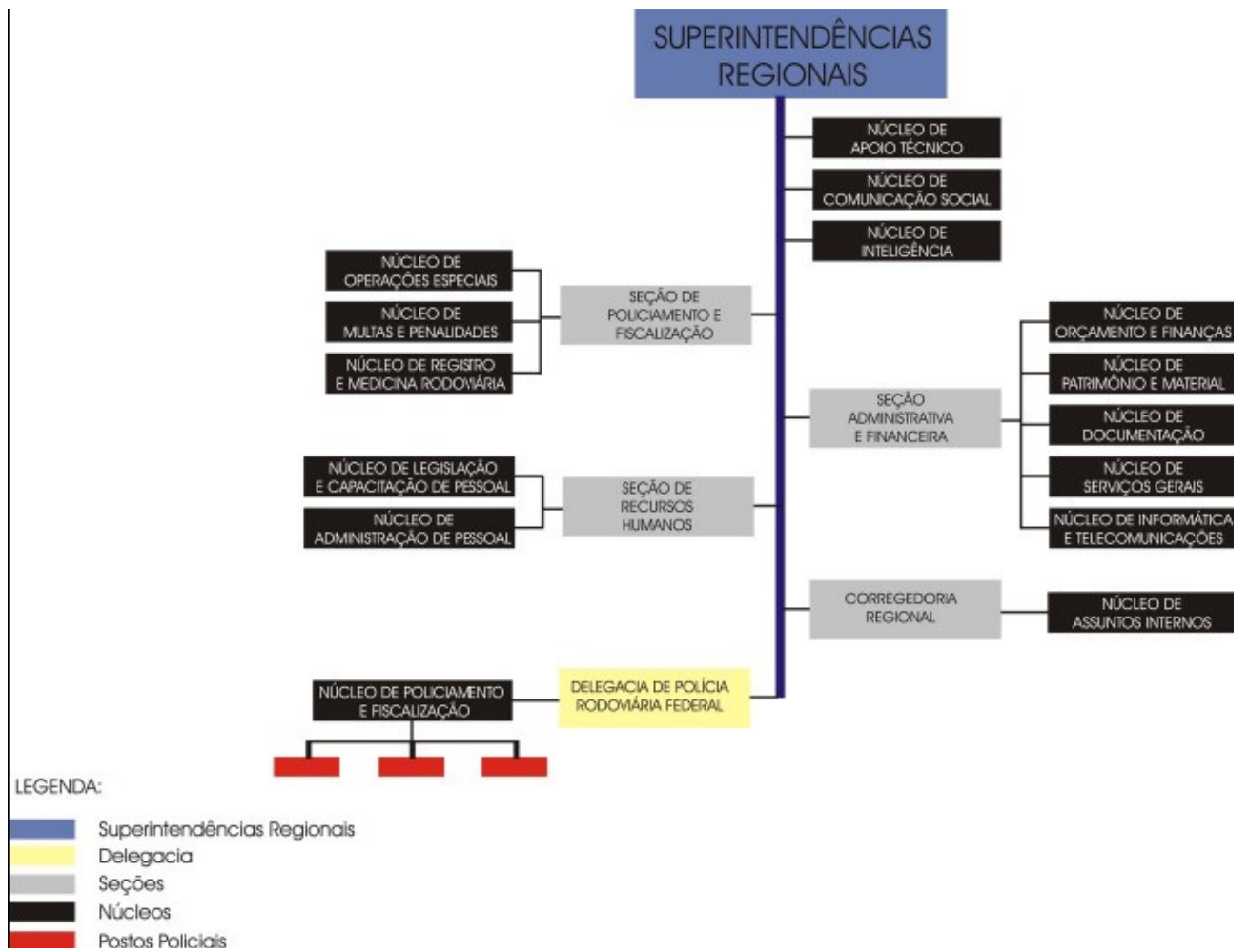
Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- Quadro XXI - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010
- Quadro XXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva
- Quadro XXIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra
- Quadro XXIV - Distribuição do pessoal contratado, mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão-de-obra
- Quadro XXV - Aspectos do Sistema de Controle Interno
- Quadro XXVI - Aspectos sobre a gestão ambiental
- Quadro XXVII - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União
- Quadro XXVIII - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, locados de terceiros
- Quadro XXIX - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ
- Quadro XXX - Gestão de TI da UJ
- Quadro XXXI - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador
- Quadro XXXII - Despesa com cartão corporativo (Série Histórica)
- Quadro XXXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro XXXIV - Declaração do Contador com ressalva



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ORGANOGRAMA FUNCIONAL





Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o processo de prestação de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2010.

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é uma Unidade Descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, não possuindo, portanto, orçamento próprio, vindo a compartilhar os recursos destinados ao orçamento do DPRF, de acordo com critérios estabelecidos por aquele órgão central.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados a 9ª SRPRF nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo. Também cabe ressaltar o destaque de recursos do Ministério da Justiça no Programa de Governo 1453 – Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) por intermédio da Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança, Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e Ação 8857 – Apoio a Implementação de Políticas de Segurança.

Desse modo, o Relatório de Gestão torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito desta Superintendência Regional.

Em seu conteúdo, o RG, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento da Unidade. O citado documento está estruturado em duas Partes – A e B, sendo a primeira relativa ao Conteúdo Geral, composta por 16 itens e a segunda, com um item relativo a Gestão Contábil.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Os conteúdos referentes à Programação de despesas correntes, Programação de despesas de capital, Quadro resumo de programação de despesas, a renúncia tributária sob a gestão da UJ, tratamento de recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno pertencente a estrutura do órgão, não se aplicam à realidade da UJ. Os três primeiros, haja vista a Unidade não ser Orçamentária e, a última por não haver estrutura estabelecida de Controle Interno na UJ.

Não há conteúdo a ser declarado para os itens referentes ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, transferência mediante convênio e instrumentos congêneres, deliberações do TCU atendidas no exercício, recomendações do Órgão de Controle Interno.

Com relação às providências adotadas para atender às deliberações exaradas pelo TCU e órgão de controle interno no exercício, as mesmas estão dispostas no item 15 deste Relatório. No entanto, cabe neste momento fazer referência ao Acórdão nº. 3706/2010 referente à Tomada de Contas Consolidada do DPRF no exercício de 2004, o qual, não obstante a inexistência de recomendações ou determinações, foram efetuados os seguintes pronunciamentos pelo Órgão de Controle Externo, no que diz respeito a esta UJ:

- Impropriedades na formalização de termos de responsabilidade: Falha considerada sanada;
- Falta de preenchimento das "Fichas de Cadastro de Veículo Oficial": O TCU entendeu que, por tratar-se de falha de natureza formal, a recomendação efetuada pelo Controle Interno para a correção da impropriedade é suficiente;
- Fracionamento de despesas para a contratação de serviços de manutenção e conservação de veículos: Não foi proposta a reiteração da determinação constante do item 1.1.15 do Acórdão 82/2004 1ª Câmara, em razão de medida com esse teor ter sido proposta no item 8.b da instrução de mérito do TC-020.706/2006-9, relativo às contas consolidadas do DPRF de 2005.

Por fim, com o presente documento, a 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

LINDOMAR CRISTANI DOS SANTOS
Superintendente Regional - Substituto



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

A - CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 9ªSRPRF/RS			
Código SIORG: 2834	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200119
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3375 9700	(51) 3375 9701	(51) 3375 9797
E-mail: sup.rs@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Av. A. J. Renner, 2701 – Bairro Humaitá – Porto Alegre/RS – CEP 90.250-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Decreto nº 6.061/2007. Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 publicado no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2007. Outras normas infralegais:			
Unidades Gestoras relacionadas a Unidade Jurisdicionada:			
Código SIAFI	Nome		
200119	9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada:			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
200119	00001		

Fonte: DPRF / Seção Administrativa e Financeira / SIAFI



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2. Gestão Orçamentária

2.1 Responsabilidades Institucionais

2.1.1 Competências

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é classificada com uma unidade administrativa regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, tendo um quantitativo de 14 sub-unidades regionais administrativas denominadas “Delegacias” e, 43 unidades operacionais que realizam a fiscalização ostensiva distribuídos em pontos estratégicos do Estado.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à Regional de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a UJ vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição.

2.1.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos pela UJ para o ano de 2010 foram:

- redução do número de acidentes nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- redução da mortalidade nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- reforço nas ações de combate a criminalidade nas rodovias federais;
- Gestão das imagens do sistema de Videomonitoramento da BR 116 (trecho metropolitano) para aprimoramento dos serviços policiais de patrulhamento rodoviário no referido trecho;
- aquisição do edifício sede da para a 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal;
- melhoria na estrutura das unidades operacionais baseada na melhoria do sistema de comunicação, estrutura física e renovação da frota de veículos (viaturas).
- Reforma e/ou construção das Unidades Operacionais;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- Gestão da utilização das Unidades Operacionais buscando, assim, a otimização dos recursos materiais e humanos;

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico

A Unidade Jurisdicionada realizou diversas ações no sentido de promover a redução de acidentes, da mortalidade e no combate ao crime no decorrer do exercício 2010, destacando-se por ações de fiscalização preventivas direcionadas a locais de maior registro de ocorrências, fiscalização de nível de alcoolemia dos condutores, maior direcionamento dos policiais para a rodovia, realização de comandos direcionados, sejam ao combate ao crime (contrabando, abigeato, drogas, exploração sexual) ou ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

Análogo ao ocorrido no exercício 2009, foram obtidos recursos diretamente com o Ministério da Justiça para o prosseguimento das ações de combate ao crime de abigeato e aos demais crimes do campo, praticados nas áreas de fronteira internacional, estendendo-se, no ano de 2010, também para o interior do Estado, sendo possível, assim, a melhoria da ação policial.

Cumprе salientar que as dificuldades registradas no exercício 2010 para a implantação do Projeto de Videomonitoramento na BR 116, postergou para o atual exercício a utilização gerencial das imagens do citado projeto.

Também salienta-se que não obstante o empenho da Unidade para conclusão do processo de aquisição da Sede Administrativa da 9ª SRPRF, este restou prejudicado vez que, segundo a Superintendência do Patrimônio da União, órgão competente para a pretensa aquisição, do rol de documentos exigidos um deles apresentou inconsistência.

Ainda na parte estrutural, com objetivo de otimização dos recursos físicos e humanos iniciou-se o estudo para a desativação ou compartilhamento de postos de fiscalização, buscando, com isso, a efetividade no policiamento ostensivo.

2.2.2. Análise do plano de ação

As principais estratégias da PRF no ano de 2010 foram:

Capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Capacitação de parte significativa do efetivo nos módulos de abordagens e tiro;

Melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);

Maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;

Dar prosseguimento à aquisição da Sede Administrativa;

2.3. Programas de Governo

2.3.1. Execução dos Programas de Governo

2.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

QUADRO II - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 1386					
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			
Tipo de programa		Apoio as Políticas Públicas e áreas especiais			
Objetivo geral		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública			
Objetivos específicos		1D49 - Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
Gerente de programa		Hélio Cardoso Dernenne			
Gerente Executivo		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas			
Público Alvo		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
*	*	R\$ 665.617,25	R\$ 381.380,99	R\$ 284.236,26	R\$ 381.380,99
Informações sobre os resultados alcançados					
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas					
Ordem	Indicador	Referência		Índice previsto	Índice atingido



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

	(unidade de medida)	Data	Índice inicial	Índice final	no exercício	no exercício
1	%	*	*	*	76,67%	61,69%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes. ICAIF=(Unid. Adequadas/ Total de Unidades)x100						
Análise do Resultado Alcançado						
Conforme item 2.4.3.2						
* Dados não informados pelo DPRF referente a situação específica da UJ						

Fonte: DPRF / Seção Administrativa e Financeira

2.3.1.1.1. Ação 8623 - Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tabela I - Identificação da Ação 8623

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

Fonte: DPRF

2.3.1.1.2. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tabela II - Identificação da Ação 200G

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Fonte: DPRF

2.3.1.1.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tabela III - Identificação da Ação 8698

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

Fonte: DPRF

2.3.1.1.4. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tabela IV - Identificação da Ação 200C

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Fonte: DPRF



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

O Quadro III – Identificação do Programa de Governo 0663, encontra-se disposto no Anexo I.

2.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tabela V - Identificação da Ação 2B11

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.
Fonte: DPRF	

2.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tabela VI - Identificação da Ação 2524

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
Fonte: DPRF	

2.3.1.2.3. Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública

Tabela VII - Identificação da Ação 2720

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.

Fonte: DPRF

2.3.1.2.4. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tabela VIII - Identificação da Ação 2723

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
--	---

Fonte: DPRF

2.3.1.2.5. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tabela IX - Identificação da Ação 2816

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

Fonte: DPRF

2.3.1.2.6. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tabela X - Identificação da Ação 4290

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

Fonte: DPRF



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3.1.2.7. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tabela XI - Identificação da Ação 4641

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Fonte: DPRF

2.3.1.2.8. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tabela XII - Identificação da Ação 86A1

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

Fonte: DPRF



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

2.3.1.2.9. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tabela XIII - Identificação da Ação 8692

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

Fonte: DPRF

2.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

QUADRO IV - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA 0750					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais			
Objetivo geral		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos			
Objetivos específicos		Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos			
Gerente de programa		Não Existe			
Gerente Executivo		Não Existe			
Indicadores ou parâmetros utilizados		Não Existe			
Público Alvo		Governo			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
*	*	R\$ 4.261.089,32	R\$ 4.110.975,63	R\$ 150.113,69	R\$ 4.110.975,63
Informações sobre os resultados alcançados					



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente. De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos. *

Fonte: DPRF / Seção Administrativa e Financeira

2.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

Tabela XIV - Identificação da Ação 2000

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>

Fonte: DPRF

2.3.1.3.2. Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

Tabela XV - Identificação da Ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
-----------	--

Fonte: DPRF

2.3.1.3.3. Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

Tabela XVI - Identificação da Ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Fonte: DPRF

2.3.1.3.4. Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

Tabela XVII - Identificação da Ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Fonte: DPRF



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3.1.3.5. Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

Tabela XVIII - Identificação da Ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.

Fonte: DPRF

2.3.1.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

Tabela XIX - Identificação da Ação 09HB

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Fonte: DPRF

2.3.1.3.7. Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos

Tabela XX - Identificação da Ação 20CW

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

Fonte: DPRF



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3.2. Execução física das ações realizadas.

Este item apresenta as ações sob a responsabilidade desta Unidade. Salienta-se que também serão citadas ações atinentes aos programas 1453 e 1463, os quais são de responsabilidade de outros órgãos (Ministério da Justiça e Agência Nacional de Transportes Terrestres), mas que tiveram valores executados por esta UJ.

O Quadro V, referente a execução física das ações realizadas pela UJ encontra-se no Anexo II deste relatório.

2.3.2.1 Análise crítica

Ação 181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

No exercício de 2010, foram pagos 05 (cinco) benefícios de auxílio funeral, em função do falecimento de servidores inativos, totalizando R\$ 41.972,65 (quarenta e um mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Ação 86A1 – Processamento de Arrecadação de Multas Aplicadas

Empregou-se o montante de R\$ 8.555,60 (oito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) para a aquisição de 2920 blocos de auto de infração, os quais são imprescindíveis para o desempenho da atividade de fiscalização e repressão às infrações de trânsito.

Ação 4290 – Atividade de saúde nas rodovias federais

Foram investidos R\$ 18.186,85 (dezoito mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) na aquisição de equipamentos para utilização em Comandos de Saúde nas rodovias, programa Patrulha da Saúde, PROSSERV (Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável) e demais atividades relacionadas à saúde.

Tabela XXI – Aquisições Ação 4290

Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Equipamento composto por módulo principal, módulo dinamométrico, módulo campímetro (Raizamed).	1	R\$ 8.967,00	R\$ 8.967,00
Aparelho de mão para análise de gordura	4	R\$ 178,00	R\$ 712,00
Oxímetro de pulso	3	R\$ 1.599,95	R\$ 4.799,85
Aparelho para medição de glicemia, colesterolomia, triglicérides e	4	R\$ 927,00	R\$ 3.708,00



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

lactato			
---------	--	--	--

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária (NURAM)

Também foram adquiridos diversos materiais de consumo para atividade de saúde tais como: fitas reagentes de colesterol, glicose e triglicérides, ataduras, óculos de proteção, cânula, talas, coletes de imobilização, etc, que somaram o total de **RS 25.210,88 (vinte e cinco mil e duzentos e dez reais e oitenta e oito centavos)**. Além dos materiais e equipamentos foi gasto **RS 2.616,46 (dois mil e seiscentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos)** com o pagamento de diárias no deslocamento dos servidores para realização dos comandos.

A unidade Regional por intermédio do PROSSERV e em atendimento parcial à Instrução Normativa nº 01, de 03 de julho de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre os procedimentos mínimos para a realização de exames periódicos previstos no art. 21, Inciso II, da Portaria Normativa nº 1, de 27 de dezembro de 2007, foi desenvolvido o **Projeto Patrulha da Saúde**.

Este projeto tem como principal objetivo a coleta de dados antropométricos e ambulatoriais que possam fornecer indícios de bom estado fisiológico de nossos servidores ou indícios de patologias associadas às práticas laborais características tanto da atividade meio quanto da atividade fim, tais como sedentarismo, sono prejudicado e má alimentação. Teve sua primeira edição em 2009, com o atendimento de 84 servidores na Sede desta Regional.

No ano de 2010, o objetivo era atender todos os 734 servidores lotados na Regional, porém como o início do projeto se deu no segundo semestre, foi possível aplicar os exames somente em 234 servidores lotados na Sede e outras sete delegacias regionais (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 8ª), contemplando aproximadamente um terço do efetivo total da Regional.

Também foram programados Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), num total de 4 Nacionais e um regional por unidades regional, apresentando os seguintes resultados:

Tabela XXII – Comandos de Saúde nas Rodovias

Data	Local	CSR	Efetivo PRF	Motoristas Examinados
01/04/10	Santana do Livramento	Regional	9	44
14/04/10	Santa Maria	Nacional	7	50
23/06/10	Torres	Regional	6	54
30/06/10	Rio Grande	Nacional	6	138
24/11/10	Passo Fundo	Nacional	18	176
Total			46	462



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Fonte: NURAM

O CSR nacional previsto para o dia 17/09/2010 não pode ser realizado em razão da Instrução Normativa 003-SECOM-PR/2010, que suspendeu a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no período eleitoral, apesar dos esforços da Regional. Desta forma também foram impossibilitados o desenvolvimento de uma série de ações possíveis no segundo semestre de 2010.

Os números de atendimentos também ficaram abaixo do esperado em função da falta de efetivo disponível por conta da realização de outras operações dentro do período (p. ex. Operação Sentinela), dificultando convocações em número adequado para melhor atender os objetivos dos comandos de saúde.

Ação 2000 – Administração da Unidade

Dentro da Ação 2000 – Administração da Unidade, foram investidos R\$ 4.110.791,23, essencialmente nas atividades básicas que dão suporte à consecução das atividades operacionais precípua da Polícia Rodoviária Federal.

Em suma, os investimentos foram direcionados à quatro frentes principais: 1) a administração e manutenção dos bens móveis e imóveis, incluindo-se o fornecimento de energia elétrica e água, contribuição sobre iluminação pública, serviços e materiais para manutenção e conservação, terceirização de mão-de-obra de limpeza e conservação, e vigilância, entre outros; 2) a própria atividade-meio, incluindo todo material de expediente utilizado, publicações obrigatórias no Diário Oficial da União e em outros jornais, diárias e passagens aéreas para deslocamento de servidores; 3) administração de viaturas, com o pagamento de seguro obrigatório (inclusive de viaturas operacionais), confecção de placas, materiais para equipamento de limpeza das viaturas, e o pagamento de uma multa por infração de trânsito para a viabilização da renovação do licenciamento anual de uma viatura, cujo ressarcimento pelo responsável está sendo buscado; 4) contrato com agentes de integração para a realização de estágios, e contratos de terceirização de mão-de-obra para apoio às atividades administrativas.

Entre os investimentos citados destacam-se os valores das diárias e passagens aéreas em virtude das inúmeras atividades decorrentes das competências legais atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, aliadas à desconcentração das unidades operacionais (que ocupam todas as regiões do território do Estado do Rio Grande do Sul, e do Brasil), e ao cada vez mais exíguo número de servidores em atividade. Daí decorre a necessidade constante de realocação temporária de servidores para a execução de atividades em locais diversos dos que estão lotados, para integrarem forças-tarefa (para fins específicos) ou atuarem isoladamente, em apoio às atividades administrativas ordinárias.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Por essa razão se justifica, ainda, a necessidade da contratação de mão-de-obra terceirizada em apoio à administração, para a execução de atividades rotineiras comuns, pré-definidas, decorrentes da atividade-meio. Dadas as características dos serviços prestados (paginação e movimentação de processos, recepção de telefonemas e pessoas, digitação dos mais variados documentos, operação de máquinas copiadoras, manutenção da rede e dos sistemas informatizados), a falta dessa mão-de-obra terceirizada inviabilizaria, na situação apresentada, a administração da unidade pelos servidores da Polícia Rodoviária Federal, podendo inviabilizar, senão trazer grandes prejuízos, ao desenvolvimento da atividade-fim.

As tabelas abaixo demonstram os investimentos realizados:

DESCRIÇÃO	valores em R\$1,00 VALOR
Aquisição de Materiais	59.654,32
Auxílio Funeral – Ativos	29.335,71
Aquisição de Bomba d'água para a 13ªDel	1.800,00
Câmera para monitoramento	380,00
Contrato Limpeza e Cedência de Servidor pelo Estado do RS (Despesas de Exercícios Anteriores)	20.598,61
Contratos de terceirização	2.399.671,08
Contribuição sobre Iluminação Pública	8.469,36
Diárias	341.047,21
Diárias Colaborador Eventual	479,00
INSS – Tabelionato – P. Física	22,23
Aquisição de lavadora de Alta Pressão	4.300,00
Pagamento de Ajuda de Custo	6.832,69
Pagamento de ônus – Cedência de Servidor pelo Estado do RS	72.292,81
Painéis modulares de madeira	5.410,00
Passagens Aéreas	62.986,04
Pedestal para televisor	385,00
Publicidade Legal – FUNIN e EBC	10.312,35
Publicidade Legal – FUNIN (Despesas de Exercícios Anteriores)	2.412,93
Serviços - Pessoa Jurídica	1.073.134,89
Transporte de móveis	11.267,00
TOTAL	4.110.791,23



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Fonte: Seção Administrativa e Financeira / SIAFI

Do total supracitado, o valor de R\$ 3.543.727,29 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos) corresponde, respectivamente a: Aquisição de materiais, Serviços de Pessoa Jurídica e Contratos de terceirização, os quais seguem detalhados abaixo:

Aquisição de materiais

Tabela XXIV – Administração da Unidade

valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Lubrificantes para máquina de lava a jato	75,00
Gêneros alimentícios (Café, água mineral, chá)	8.547,00
Material de Expediente	14.470,70
Malotes de lona para transp. de documentos e objetos apreendidos pela PRF	4.120,00
Material para manutenção e conservação de imóveis	17.853,93
Peças para instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split	3.900,00
Material elétrico e eletrônico	6.897,54
Armários para guarda de docum./equip. - 2ª Delegacia	3.455,15
Placas para viaturas oficiais	335,00
TOTAL	59.654,32

Fonte: Seção Administrativa e Financeira / SIAFI

Serviços – Pessoa Jurídica

Tabela XXV – Administração da Unidade

valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Assinaturas e Periódicos/Anuidades	3.704,00
Avaliação do imóvel que abriga a Sede Administrativa desta UJ	4.500,00
Locação de móveis	326.433,37
Manutenção e conservação de bens imóveis	4.455,78
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	6.005,00
Pagamento de multa de trânsito	85,12



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

DESCRIÇÃO	VALOR
Energia Elétrica	560.524,17
Abastecimento de água e esgotamento sanitário	63.768,37
Serviços de comunicação em geral	54.937,94
Agente de integração – Estagiários	2.499,29
Seguro obrigatório de veículos oficiais	31.747,84
Transporte de mobiliário de servidores removidos na modalidade ex officio	11.267,00
Limpeza de caixa d'água	5.140,00
Cópias e reprodução de documentos	9.334,01
TOTAL	1.084.401,89

Fonte: Seção Administrativa e Financeira / SIAFI

Contratos de terceirização

Tabela XXVI – Administração da Unidade

valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Secretário Executivo/Secretário/Aux. Administrativo	558.694,06
Recepcionista/Aux. Almox./Op. Maq. Copiad/Contínuo	201.229,01
Vigilância Ostensiva	548.742,72
Limpeza e Conservação	822.004,29
Motorista	74.454,71
Técnic. Eletr./Téc. Informática	37.750,62
Digitador/Operador de Computador	85.246,06
Copeiragem e Portaria	71.549,61
TOTAL	2399671,08

Fonte: Seção Administrativa e Financeira / SIAFI



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Ação 2524 – Capacitação dos servidores do DPRF

A Tabela XXVII referente à relação de eventos realizados na referida ação encontra-se consignada no Anexo III. Segue descrição dos principais cursos promovidos pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal (NUCAP):

- **Módulo II do Programa de Atualização Policial - Tiro e Uso Legal e Seletivo da Força**

Trata-se de módulo integrante do Programa de Atualização Policial iniciado pelo DPRF em 2007. É dividido em 4 Módulos: I - Abordagem e Técnicas de Defesa Policial; II - Uso Legal e Seletivo da Força; III - Acidentes e Levantamento do Local; IV - Aspectos Legais dos Procedimentos Policiais.

A atualização nas técnicas para o manuseio do armamento e a consciência da necessidade do uso seletivo da força nos casos de enfrentamento é imprescindível para o bom desempenho do trabalho policial. Trata-se de eventos que podem acontecer com pouca frequência no dia-a-dia profissional, mas que demandam um preparo minucioso, atual e eficaz.

O Programa visa à capacitação de, pelo menos, 80% do efetivo da Regional, já se computando as ausências em virtude de férias, motivos de saúde etc. O Módulo II, desde o seu início em 2008, atingiu o percentual de 64,38%, estando presente nas metas de 2011 o atingimento do percentual proposto.

Faz parte dos objetivos do NUCAP que o módulo de atualização seja realizado com o mínimo de interstício possível. A intenção é que após a realização de todos os módulos, seja reiniciado o processo, de forma que o Programa atinja verdadeiramente o objetivo de atualização contínua.

- **Curso de GL 108/E - Espargidor de Pimenta**

Atualização para uso de um dispositivo largamente utilizado no meio policial, com utilidade comprovada.

A iniciativa do curso visa à capacitação de, pelo menos, 80% do efetivo da Regional, já se computando as ausências em virtude de férias, motivos de saúde etc. A citada capacitação alcançou o percentual de 46,79%, atingindo plenamente o objetivo proposto.

- **Curso de Formação de Motociclista Socorrista**



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Curso para formação de servidores do quadro da SAMU Metropolitana e da cidade de Porto Alegre para atuarem como motociclistas socorristas na condução das chamadas "motolâncias". Tal evento é decorrente de convênio firmado entre o DPRF e o Ministério da Saúde, com formação de servidores do quadro da PRF para atuarem como instrutores.

A integração entre as instituições que atuam em áreas afins sempre se demonstra profícua, pela integração dos profissionais, troca de experiências e melhor visibilidade ao público externo e interno. No caso em tela, diante do problema crescente dos congestionamentos nos grandes centros urbanos, o socorro imediato às vítimas acaba se dificultando. Com a preparação desses profissionais, a tempestividade que essas situações exigem é atendida com a utilização das motocicletas, chegando-se a tempo de efetuar o atendimento de emergência.

O número de servidores capacitados foi plenamente satisfatório, pois atendeu ao quantitativo requisitado pelas SAMUs em referência, considerando a viabilidade logística.

- **Habilitação para Uso do Dispositivo de Condução de Energia – DCE**

Curso para Habilitação ao Uso do DCE - Dispositivo de Condução de Energia, mais conhecido como "TASER".

A disciplina que trata do Uso Seletivo da Força ressalta que o policial tem diferentes níveis para atendimento a ocorrências de crise. No caso do uso do DCE, a ocorrência deverá exigir a utilização de armamento que incapacite momentaneamente o agressor, não se valendo de armamento letal. Considerando a gama de oportunidades que esse tipo de situação se apresenta no dia-a-dia do policial, temos como imprescindível a utilização deste dispositivo.

O curso objetivou a capacitação de, pelo menos, 80% do efetivo da Regional, já se computando as ausências em virtude de férias, motivos de saúde etc. Como resultado, atingimos em 2010 o percentual de 90,32%, estando presente no planejamento de 2011 a complementação da capacitação.

A intenção é que no ano de 2011 complete-se a meta de atingimento do efetivo, mas condiciona-se ao recebimento de mais material e recursos para as instruções.

Eventos promovidos por outros órgãos, com participação de servidores da UJ:

- **Congresso Sul-Brasileiro de Comunicação no Serviço Público**

O Congresso em questão representou uma oportunidade de uniformizar os procedimentos da área de Comunicação dos mais diversos setores públicos, além de oportunizar o conhecimento do que há de mais inovador e relevante na área.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- **Curso/Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades**

O referido evento propiciou a oportunidade de atualização nas mais diversas técnicas e procedimentos que envolvem a segurança e proteção de autoridades.

Considerando a iminência da realização de eventos de grande vulto no Brasil nos próximos anos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, a importância de se formar um multiplicador nessa área passa a ser imprescindível para o oferecimento de um trabalho de qualidade à sociedade.

- **Curso Completo de Processo Disciplinar**

Curso para atualização/formação de servidores que, de alguma forma, estão envolvidos com o Processo Administrativo Disciplinar.

Todos os servidores que trabalham com o direito necessitam de constante atualização, e na área do Processo Administrativo Disciplinar não é diferente.

- **VI Curso de Operações Táticas Especiais – COTE**

Evento focado na atualização de servidores que trabalham nas divisões/núcleos de policiamento especial, área com constantes inovações, representado no DPRF pela Divisão de Combate ao Crime (DCC) e pelos Núcleo de Operações Especiais (NOE), necessita de servidores sempre atualizados para o combate à criminalidade. O objetivo está vinculado à atuação do servidor capacitado para atuar como multiplicador junto ao seu núcleo, disseminando o conhecimento adquirido.

- **Curso de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**

Trata-se de evento para atualização dos Chefes de Delegacia na condução do Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.

Diante do papel essencial que os Chefes de Delegacia desempenham em processos de tal natureza, a capacitação para uniformização de procedimentos e esclarecimento de dúvidas torna-se necessária.

- **VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas**

Evento para atualização dos servidores que trabalham na área administrativa e financeira no Serviço Público.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Sendo uma área que está em constantes modificações, a atualização dos servidores é imprescindível. A Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas vem se destacando ano a ano como evento de alto gabarito para cumprir esse papel.

Ação 8692 – Educação de Trânsito para os usuários das rodovias

Foram adquiridos materiais didáticos para educação para trânsito para utilização em comandos de educação, palestras, exposições, feiras e demais ações de educação nas rodovias e comunidades lindeiras, conforme segue:

XXVIII – Educação para o Trânsito		valores em R\$1,00
DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR TOTAL
Painel ilustrativo educativo	4	800,00
Banner educativo	4	680,00
Jogo de placas de trânsito	2	698,66
Fôlder educativo para motociclistas	15000	2.625,00

Fonte: Comissão Regional de Educação para o Trânsito – CRET

Em virtude do período eleitoral, tais materiais somente foram adquiridos no final do exercício de 2010, o que acabou prejudicando sua aplicação naquele exercício.

Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da malha rodoviária federal

Foi realizada na presente ação a aquisição de 10 baterias para operação dos radares fotográficos, haja vista a necessidade de substituição para o correto funcionamento do equipamento em questão. Salienta-se que os radares representam uma importante ferramenta para a fiscalização e controle de velocidade, contribuindo de maneira significativa para a redução dos acidentes e minimização da gravidade destes. Em atenção a dispositivo legal, também foi realizada a aferição de 09 radares.

Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas

A meta proposta para a ação foi atingida em 109,6%, sendo fiscalizados 378.079 veículos, 342.298 pessoas e realizados 38.736 testes de etilômetro, totalizando 759.113 procedimentos de fiscalização.

A execução da ação foi de R\$ 3.083.023,24 (três milhões oitenta e três mil e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), sendo que a maior despesa desta ação é destinada à manutenção e abastecimento das viaturas, representando 88,09% do valor liquidado (R\$ 2.715.796,12). O gasto com o abastecimento é o mais expressivo. Segue tabela demonstrativa:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Tabela XXIX – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
Abastecimento da Frota	1.733.207,17
Abastecimento – Taxa Administrativa	59.350,00
Lubrificante Automotivo	2.616,30
Manutenção de veículos – Peças	391,59
Manutenção de veículos – Peças	683.569,79
Manutenção de veículos – Serviços	226.363,42
Manutenção de veículos acidentados – Rec. Div. Ex. Anterior	887,79
Manutenção de veículos acidentados – Peças	3.613,06
Manutenção de veículos acidentados – Serviços	1.893,00
Reparo da Fonte da Aeronave – Material	2.800,00
Reparo da Fonte da Aeronave – Serviço	1.104,00
	2.715.796,12

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI

Cabe destacar as despesas realizadas para a aferição e manutenção dos 163 etilômetros que estão patrimoniados nesta regional, conforme tabela abaixo, sendo que é diretriz operacional desta Superintendência a realização de **fiscalizações de alcoolemia** por meio do uso destes equipamentos de forma rotineira nos condutores envolvidos em acidentes com lesões, assim como em todos condutores suspeitos de estarem embriagados, bem como em pontos próximos de locais e eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, buscando assim inibir o consumo de bebida alcoólica e posterior condução de veículo automotor nas vias de tráfego.

O valor gasto com diárias e passagens foi para atender as demandas operacionais de convocações, comandos de fiscalização, operações de combate a criminalidade e outras demandas de cunho operacional, visando dar suporte a diversas atividades operacionais realizadas nas Delegacias desta Regional e pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em outras Unidades da Federação.

Tabela XXX – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas valores em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Diárias	258.814,52
Passagens Aéreas	23.681,44
TOTAL	282.495,96

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Ação 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

No ano de 2010 o Núcleo de Inteligência (NUI) concluiu dezoito operações no estado do Rio Grande do Sul (RS), sendo confeccionados seis Relatórios de Informação e cinquenta e dois Relatórios de Inteligência, todos de caráter sigiloso.

Entre as operações realizadas destaca-se a “Operação Sentinela”, com abrangência em todo o estado. Nesta foram feitos levantamentos de dados e mapeamento de pontos com possível ocorrência de crimes para posteriormente ser repassado ao efetivo operacional. A produção de conhecimentos de inteligência resultou em uma maior eficiência do trabalho operacional. Foram ainda desenvolvidas operações de combate à exploração sexual infanto-juvenil, em conjunto com o Ministério Público Estadual; combate ao tráfico de drogas e combate à jogos ilegais às margens das rodovias federais neste estado. Foram também realizadas operações, com abrangência nacional, de combate a venda de anfetaminas às margens das rodovias federais e de levantamento das condições das rodovias federais no RS. Ainda foi desenvolvida uma operação durante o 10º Fórum Social Mundial, que ocorreu no início do ano de 2010 em diversos municípios do RS.

Para o desenvolvimento das operações acima citadas fez-se necessário o deslocamento do efetivo lotado no NUI e de Policiais Rodoviários Federais lotados nas delegacias desta Regional, atuando como colaboradores da atividade de inteligência.

Cabe também salientar que no referido exercício foram capacitados diversos Policiais Rodoviários Federais para trabalharem como colaboradores do citado Núcleo. Por fim, registra-se que o NUI também prestou apoio à Coordenação de Inteligência do DPRF, em Brasília, desenvolvendo trabalhos de abrangência nacional.

Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Foi realizada a manutenção dos equipamentos de radiocomunicação da Regional (rádios fixos móveis e portáteis), atingido a totalidade da demanda com o uso de 93,78% da disponibilidade orçamentária para materiais de consumo e de 89,91% da disponibilidade de serviços em TI.

Foram executados 98,81% da disponibilidade orçamentária referente a telefonia móvel, 96,42% da disponibilidade orçamentária referente a o contrato de conectividade dos dispositivos móveis (EDA - Talão de multas Eletrônico), e 76,42% da disponibilidade orçamentária para serviços de telefonia fixa, estando a totalidade da execução financeira abaixo do teto estabelecido em reunião da CGPLAM/DPRF realizado em março de 2010 em Manaus.

Foram adquiridos materiais de TI que atenderam a 42% das demandas de manutenção e adequação da estrutura de informática da Regional.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Com a execução de 87,52% da disponibilidade orçamentária para manutenção preventiva/corretiva da central telefônica, atingimos 100% de disponibilidade do sistema de telefonia da sede da regional no decorrer do exercício.

Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências

Nesta Ação foram pagos R\$ 4.617,00 (quatro mil, seiscentos e dezessete reais) para atender despesas com diárias operacionais referente a escolta de provas do Exame Nacional do Ensino Médio de 2010.

Ação 20EV - Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

Os recursos destinados a esta ação foram utilizados principalmente para a aquisição de veículos para serem utilizados no patrulhamento ostensivo nas rodovias federais e em Operações de Combate a Criminalidade, da qual destacamos a “Operação Sentinela”, instituída por intermédio das Ordens de Serviço nº 16/2010-SPF/9ª SRPRF/RS e 061/2010 da CGO/DPRF/MJ, por ocasião do comprometimento institucional em desencadear uma atividade conjunta com o Departamento de Polícia Federal, visando combater o contrabando/descaminho, tráfico de drogas e armas, e demais ilícitos nas regiões de fronteira, bem como, implementar as ações de policiamento e fiscalização de trânsito nas **rodovias federais** do Estado do RS, no sentido de educar, prevenir, manter a normalidade do fluxo de veículos e pessoas.

Abaixo segue o demonstrativo dos resultados da mencionada Operação, a qual se estendeu pelo período de 08 de setembro a 06 de dezembro de 2010.

Tabela XXXI – Enfrentamento ao Crack e outras drogas - resultados

Combate ao Crime - Apreensões		Unidade	Quantidade
Drogas	Cocaína	grama	27565
	Crack	grama	100
	Maconha	grama	334666
Contrabando / Descaminho	Bebida	litro	2434
	CD/VHS/DVD	unidade	24302
	Cigarros	pacote	26341
	Combustíveis	litro	400
	Equipamentos de Informática	unidade	621
	Eletrônicos	unidade	2224
	Medicamentos	unidade	10284
	Diversos	unidade	34092
	Herbicida	litro	497
	Inseticida	quilo	33



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

	Agrotóxico	quilo	370
Armas	Revólver	unidade	10
	Espingarda	unidade	11
	Armas Brancas	unidade	1
Munições	Calibre 22/32	unidade	5141
	Calibre 38	unidade	32
	Calibre 12	unidade	190
Veículos	Crime	ocorrências	42
Meio-Ambiente	Animais Silvestres	unidade	223
	Pescados	quilo	1545
Pessoas Detidas	Estrangeiros	unidade	2
	Mandado	unidade	31
	Tráfico de Entorpecentes	unidade	11
	Roubo/Furto	unidade	3
	Contrabando / Descaminho	unidade	44
	Crimes de Trânsito	unidade	10
	Crimes Ambientais	unidade	9
	Outros	unidade	26
	Total	unidade	136
Fiscalização de Trânsito	Veículos Fiscalizados	unidade	4484
	Veículos Retidos	unidade	79
	Pessoas Fiscalizadas	unidade	5910
	Autos de Infração	unidade	381
	CNHs Retidas	unidade	16

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI

Tabela XXXII – Enfrentamento ao Crack e outras drogas – valores executados em R\$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR
Diárias	314.375,80
Manutenção de veículos	33.432,30
Passagens Aéreas	2.355,56
Manutenção de veículos	13.203,06
Aquisição de Veículos 12 Tiida Sedan, 04 Frontier, 02 Blazer	1.176.370,00
TOTAL	1.539.736,72



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

DESCRIÇÃO	VALOR
Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização / SIAFI	

Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança

Nesta ação destacam-se os valores destinados à aquisição de 13 veículos operacionais, visando propiciar viaturas para utilização das equipes táticas e do Núcleo de Operações Especiais, de forma que estas equipes de pronto atendimento tenham condições de efetuar serviços com excelência ao cidadão.

Utilizou-se ainda recursos para o custeio de diárias para a execução de ações na área de inteligência, na capacitação dos integrantes das equipes táticas das Delegacias e NOE, bem como para o desenvolvimento de operações visando ao policiamento e a fiscalização de trânsito nas rodovias federais do Estado do RS, no sentido de educar, prevenir, manter a normalidade do fluxo de veículos e pessoas, reduzir o número de acidentes e vítimas no trânsito, bem como as atividades de prevenção e combate à criminalidade.

Dentre as Operações desenvolvidas destacamos o Planejamento Operacional 2010, desenvolvido durante os meses de março a dezembro de 2010 e a Operação Sentinela, desenvolvida em conjunto com o Departamento de Polícia Federal durante o período de 03/05/2010 a 18/06/2010, a qual obteve os resultados especificados no Anexo IV.

Ressaltamos que a Operação Sentinela foi interrompida por ausência de disponibilidade de recurso financeiro para propiciar o reforço de policiamento extra necessário, pois, a atual carência de efetivo principalmente nos locais de abrangência da presente Operação, não possibilitava a continuidade de atuações nos moldes propostos, sendo que a operação foi retomada em 08 de setembro de 2010, conforme descrito na Ação 20EV.

Ação 8857 – Apoio a Implementação de Políticas de Segurança

O Projeto “*Segurança Pública: Trânsito com Cidadania*” elaborado pelo DPRF, foi aprovado pelo Ministério da Justiça e instituído através da Portaria nº 53, de 09 de julho de 2010, do Senhor Diretor Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O projeto baseia-se na conscientização do cidadão para que combata e evite desvios de conduta a prática dos crimes de corrupção, concussão e demais. Para isso, foram instituídas ações para a aproximação com o cidadão, dentre elas a realização de palestras.

Para a realização das palestras, através da Portaria nº 426/2010/9ªSRPRF-RS, foram instituídos quatorze servidores palestrantes, um em cada Delegacia, os quais foram capacitados em curso realizado no Centro de Treinamento de São Paulo. Também foram adquiridos equipamentos



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

para a realização das palestras, tais como computador portátil, projetor multimídia, quadro branco, equipamentos de filmagem e veículos.

Durante o ano de 2010, no Estado do Rio Grande do Sul, foram realizadas 277 palestras, tendo sido atingido um público de 6.998 pessoas.

Ação 2346 – Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário, interestadual e internacional de passageiros (PROGRAMA 1463)

Foram empregados R\$ 4.812,60 (quatro mil oitocentos e doze reais e sessenta centavos) para o custeio de diárias visando intensificar a fiscalização dos veículos de transporte rodoviário de passageiros - interestadual e internacional – e dos veículos de transporte de cargas, com base na legislação da ANTT - RNTRC, Vale-Pedágio, Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, Transporte Internacional de Cargas, Transporte Internacional de Produtos Perigosos, assim como, disseminar o conhecimento acerca da fiscalização para efetivo das Delegacias que participaram dos Comandos.

Ação 2348 – Fiscalização da Concessão dos serviços e da exploração da Infraestrutura Ferroviária (PROGRAMA 1463)

Os recursos provenientes desta Ação foram utilizados na realização do I Curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transportes, com carga horária de 144 horas/aula.

Participaram do Curso supracitado 28 Policiais Rodoviários Federais e 02 Fiscais da Agência Nacional de Transportes Terrestres.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO VI - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200119

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à realidade da UJ.

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à realidade da UJ.

2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à realidade da UJ.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO VI - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concede nte ou receb ed ora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encarg os da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	30107 06 122 0750 2000	29.335,71	0,00	4.167.807,60
		200109	30107 09 272 0089 0181	41.972,65	0,00	0,00
		200109	26290 12 362 1449 4017	0,00	0,00	8.056,74
		200109	30101 06 181 1453 8855	0,00	0,00	808.999,58
		200109	30101 06 422 1453 20EV	0,00	0,00	467.223,04
		200109	30101 06 422 1453 8857	0,00	0,00	74.677,47
		200109	30107 06 128 0663 2524	0,00	0,00	380.536,71
200109		30107 06 181 0663 2B11	0,00	0,00	20.100,00	
200109	30107 06 181 0663 2723	0,00	0,00	3.301.445,01		



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

		200109	30107 06 181 0663 4290	0,00	0,00	47.051,98
		200109	30107 06 181 0663 86A1	0,00	0,00	8.555,60
		200109	30107 06 181 1386 8692	0,00	0,00	5.803,66
		200109	30107 06 181 1386 8698	0,00	0,00	444.942,16
		200109	30107 06 183 0663 2816	0,00	0,00	66.835,71
		200109	39250 26 125 1463 2348	0,00	0,00	31.642,37
		200109	39250 26 125 1463 2346	0,00	0,00	4.812,60
Movimentação Externa	Concedidos	393012	30107 06 122 0750 2000	0,00	0,00	10.024,32
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concede nte ou recebed ora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	200109	30101 06 181 1453 8855	1.185.000,00	0,00	0,00
		200109	30101 06 422 1453 20EV	1.176.370,00	0,00	0,00
		200109	30101 06 422 1453 8857	7.274,45	0,00	0,00
		200109	30107 06 122 0750 2000	73.970,33	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 0663 4290	18.186,85	0,00	0,00
		200109	30107 06 181 1386 8698	220.675,10	0,00	0,00
200109	30107 06 183 0663 2816	7.059,25	0,00	0,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.1.4.1 Análise crítica

O crédito orçamentário recebido pela UJ foi executado de acordo com o planejamento da UO e, a fim de atender às necessidades da UJ. O seu detalhamento está discriminado no item 2.3.2 deste Relatório.

2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

QUADRO VIII - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	7.259.318,00	6.315.189,81	6.216.800,30	5.522.300,94
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	6.773.933,50	6.029.628,63	5.982.341,80	5.415.805,24
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	485384,5	285.561,18	234.458,50	106.495,70
Contratações Diretas	6.792.460,25	1.246.568,85	1.115.521,52	1.175.610,92
Dispensa	5.973.747,90	483.454,35	464.984,57	470.861,68
Inexigibilidade	818.712,35	763.114,50	650.536,95	704.749,24
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	1.409,01	0,00	1.409,01
Pagamento de Pessoal	708.481,29	885.500,71	708.481,29	885.500,71
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	708.481,29	885.500,71	708.481,29	885.500,71
Outros	378.600,79	340.960,95	357.701,53	302.717,57

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO IX - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	69.206,82	71.308,36	69.206,82	71.308,36
1º elemento de despesa 08	69.206,82	71.308,36	69.206,82	71.308,36
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	9.410.182,63	8.418.615,34	8.041.592,06	7.971.268,73
1º elemento de despesa 30	2.805.049,14	2.765.889,49	2.363.634,88	2.564.320,28
2º elemento de despesa 37	2.627.461,34	2.406.570,59	2.613.898,63	2399671,08
3º elemento de despesa 39	2.844.111,99	1.956.261,30	1.969.874,58	1.810.268,65



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Demais elementos do grupo	1.133.560,16	1.289.893,96	1.094.183,97	1.197.008,72
---------------------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO X - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	158.470,88	319.891,53	57.713,18	37.451,85
1º elemento de despesa	158.470,88	319.891,53	57.713,18	37.451,85
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	5.501.000,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	5.501.000,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XI - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	5.822.341,02	2.542.507,17	2.629.844,10	1.252.787,09
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Pregão	2.237.536,42	173.862,72	47.794,82	65.017,09
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	3.584.804,60	2.368.644,45	2.582.049,28	1.187.770,00
Contratações Diretas	27.427,00	3.500,00	20.937,00	1.825,92
Dispensa	27.427,00	3.500,00	20.937,00	1.825,92
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	765,50	0,00	765,50	0,00
Suprimento de Fundos	765,50	0,00	765,50	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	633.370,78	1.166.863,93	633.370,78	1.166.863,93
Outras	0,00	51.185,15	0,00	51.185,15

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.1.1 Análise crítica

Houve uma redução considerável no valor empenhado para Dispensa de Licitação, em razão da emissão de empenho para aquisição do prédio sede da 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal que ocorreu em 2009. Também observa-se aumento do gasto com diárias em relação a 2009, haja vista o deslocamento de policiais rodoviários federais para as fronteiras do Estado, em função da Operação Sentinela.

Cabe salientar a ocorrência de contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras no exercício 2010, de forma que os créditos recebidos pela UJ não foram suficientes para atender às despesas na sua integralidade, resultando na sua transferência para o exercício seguinte.

Ressalta-se que os valores liberados a título de recurso financeiro não acompanharam os valores das despesas a serem liquidadas no decorrer do exercício, prejudicando o pagamento dos contratos de forma tempestiva e gerando um aumento no desempenho das atividades administrativas, em especial, no controle e otimização dos pagamentos.

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.284.892,09
1º elemento de despesa (14 – Diárias Pessoal Civil)	633.370,78	1.166.863,93	633.370,78	1.166.863,93	0,00	0,00	633.370,78	1.166.863,93
2º elemento de despesa (30 – Material de Consumo)	642.471,75	101.600,00	114.838,50	33.432,30	527.633,25	68.167,70	89.138,50	33.432,30
3º elemento de despesa (93 – Indenizações e Restituições)	0,00	51.185,15	0,00	51.185,15	0,00	0,00	0,00	51.185,15
Demais elementos do grupo	219.190,39	75.767,72	22.878,82	33.410,71	196.311,57	42.352,01	22.878,82	33.410,71

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.2.1 Análise crítica

Ocorreu uma redução no valor do elemento da despesa 30, devido à redução do montante investido na UJ. Em relação ao elemento de despesa 14 houve um aumento do gasto com diárias de 2009 em relação aos valores de 2010, haja vista o deslocamento de policiais rodoviários federais para as fronteiras do Estado, em função da Operação Sentinela.

Houve contingenciamento de créditos orçamentários para o pagamento das despesas financeiras no exercício 2010, de forma que os créditos recebidos pela UJ não foram suficientes para atender às despesas na sua integralidade.



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

Os valores orçamentários liberados foram insuficientes para cobrir as despesas correntes prejudicando a execução da despesa no decorrer do exercício e também reduzindo o montante dos valores pagos ou dos em Restos a Pagar não processados.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa 449052	4.988.871,38	3.764.056,25	2.539.529,28	2.472.662,09	2.449.342,10	1.291.394,16	2.539.529,28	2.472.662,09
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501.000,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa 459061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.501.000,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte:SIAFI

2.4.2.2.3.1 Análise crítica

Ocorreu uma redução no valores referentes ao elemento de despesa 449052 em comparação com o exercício de 2009, devido ao investimento inicial realizado naquele exercício, pelo ministério da Justiça, para a implantação das ações relacionadas à região da fronteira. Em relação a inversão financeira do elemento de despesa 459061 listada como Restos a Pagar não processados, esta refere-se ao empenho para aquisição do prédio sede da 9ªSRPRF que não foi liquidado.

Houve contingenciamento de créditos orçamentários para investimentos no exercício 2010.

A liberação dos recursos no final no exercício combinado com os prazos de entrega por parte dos fornecedores, prejudicaram a execução orçamentária no exercício.

2.4.3 Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Programa 0663

Foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais, a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais e os Procedimentos de Fiscalização.

O indicador de Sensação de Segurança é aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo. Contudo, tal pesquisa não foi realizado no exercício 2010 por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, sendo que pretende-se fazê-la no exercício 2011.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes registradas em acidentes de trânsito nas rodovias federais da Unidade Regional no ano relativo a quantidade de veículos da frota nacional (1.000.000 de veículos).

No que tange à Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes de trânsito registrados na Unidade Regional durante o ano relativo quantidade de veículos da frota nacional (1.000.000 de veículos).

O indicador Procedimentos de Fiscalização é aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia realizados, sendo que tais procedimentos são registrados diariamente pelo efetivo em serviço.

2.4.3.2. Programa 1386



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Para o Programa 1386, esta UJ adotou o indicador desenvolvido pela Unidade Central (DPRF) qual seja o Indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas (ICAIF), com o qual se pretende medir as condições das unidades subordinadas, postos de fiscalização, quanto aos aspectos de engenharia (espaço, instalações, etc), tecnologia da informação (equipamentos, rede e rádio) e viaturas (quantidade, idade e adequação), a fim de analisar a eficiência na aplicação dos recursos repassados pelo DPRF às unidades regionais.

Fórmula de cálculo: $ICAIF = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

No ano de 2010 o indicador sofreu alteração na sua composição, embora não tenha alterado a fórmula de cálculo, restou prejudicado o comparativo com o ano anterior, pois neste novo formato, para cada aspecto avaliado pelo chefe de uma determinada unidade, teve sua pontuação mensurada de acordo com os seguintes valores: nota de 8 a 10 instalação considerada ADEQUADA, nota de 5 a 7 instalação considerada PARCIALMENTE ADEQUADA e nota de 0 a 4 instalação considerada INADEQUADA. Assim, o ICAIF do exercício ficou com os seguintes valores:

Tabela XXXIV - Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas Regional

ASPECTO AVALIADO	%	SITUAÇÃO
Engenharia (A)	53,75%	PARCIALMENTE ADEQUADA
Tecnologia da Informação (B)	64,08%	PARCIALMENTE ADEQUADA
Viaturas (C)	67,25%	PARCIALMENTE ADEQUADA
ICAIF $= (A + B + C) / 3 = 61,69\%$		

2.4.3.2.1 Análise crítica

O indicador esteve abaixo da meta estabelecida pelo DPRF que foi de 76,67% e isso se deu, basicamente, pela baixa pontuação no aspecto engenharia, devido a impossibilidade na realização de reformas e construções nas unidades operacionais (posto fiscalização) por falta dos projetos técnicos de engenharia ou arquitetura, que não foram concluídos pelas empresas que foram contratadas para esse fim no final do ano de 2009. Como em 2010 este tipo de contratação não logrou resultado, fica a demanda para ser concluída no ano de 2011.

No aspecto da tecnologia da informação, foi visível a melhora na rede de transmissão de dados, devido ao contrato realizado com a EMBRATEL para esse fim. Com isso, foi possível implantar a tecnologia digital Voip, oportunizado a conversação com os postos sem que haja cobrança, mesmo que a ligação seja de áreas de cobertura diferentes. Neste mesmo sistema de telefonia digital, foi incluído o atendimento do telefone de emergência da Polícia Rodoviária Federal, o 191, resultando na melhoria do atendimento ao usuário, controle administrativo, gravação da voz. A área de TI anualmente tem recebido investimentos, faltando apenas melhorar a cobertura do sistema de telecomunicação e do sistema digital das unidades operacionais.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

A aquisição dos veículos com o recurso do Ministério da Justiça que foi realizada em 2009 ainda está atendendo bem a demanda, sendo apenas em duas unidades (de um total de 42) houve a crítica quanto à quantidade e a idade dos veículos.

2.4.3.3. Programa 0750

Não há indicador.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO XIV - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	30.165,92	0,00	30.165,92	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	10.143.635,19	108.713,97	3.836.733,37	6.198.187,85
2008	1.655.771,97	77.731,21	1.565.946,83	12.093,93
2007	1.406.284,15	22.832,23	1.383.451,92	0,00

Observações:

Decretos Presidenciais nº. 7.094/2010 e 7.144/2010.

Fonte: SIAFI

4.2 Análise crítica

A diferença no saldo a pagar em 31/12/2010, existente entre os anos de 2008 e 2009, deve-se pela emissão em 2009 do empenho para aquisição da Sede Administrativa desta UJ.

Cabe salientar que para os restos a pagar provenientes de inexecuções contratuais, esta UJ adotou o procedimento de cancelar os respectivos empenhos, somente após prévia apuração das falhas cometidas pelas empresas, garantindo assim, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

5. Informações sobre recursos humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO XV - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		734		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		733	7	24
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		733	7	24
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		1		
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		43		
1.4.1 Cedidos		2		
1.4.2 Removidos		8		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão	47	45		
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado		1		
2.3 Funções gratificadas	46	44		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		44		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		735		

Fonte: SIAPE



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

QUADRO XVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	37	317	303	76	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	37	317	303	76	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			2		
2. Provedimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1
2.3. Funções gratificadas	1	21	17	5	

Fonte: SIAPE

QUADRO XVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo			1	10	402	311			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	10	409	313			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					1	1			
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1				
2.3. Funções gratificadas					14	30			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO XVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	462	4
1.1 Voluntária	460	4
1.2 Compulsório	2	
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional	22	1
2.1 Voluntária	5	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	17	1
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

QUADRO XIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	92	
2. Proporcional	71	7

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim					
Área Meio				2	1.766,06
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	42	34	29	38	131.267,14

Fonte: SIAPE



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO XXI - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-							
2009	-							
2010	-							
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	69.133.255,64	40.053,25	7.684.347,10	42.444.419,87	13.357,54	270.419,44	1.383.806,02	82769658,86
2009	64.677.274,81	12.128,61	9.093.501,85	5.685.747,59	8.188,59	423.063,02	1.949.402,00	81.849.306,47
2010	71.452.592,48	11.413,90	9.124.120,52	2.749.980,47	9.133,20	761.913,19	2.862.984,16	86.972.137,92
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-							
2009	-							
2010	-							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	121.168,74	0,00	18.670,56	4.926,36	0,00	0,00	1.611,28	146.376,94
2009	188.725,60	0,00	28.643,00	8.350,15	0,00	0,00	2.708,32	228.427,07
2010	216.585,00	0,00	29.441,21	3.312,95	0,00	1.786,00	6.465,83	257.590,99
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-							
2009	-							
2010	-							
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	140.242,40	27.929,85	22.550,62	3.759,09	,00	11.842,86	1.680,04	208.004,86
2009	44.260,20	42.062,87	8.821,75	7.518,18	,00	5.517,70	3.245,06	111.425,76
2010	57.911,84	2.425,23	8.084,12	2.694,70	,00	,00	4.094,01	75.209,90
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	4.433.779,12	1.275.704,45	499.083,41	177.645,80	2.620,05	21.335,47	88.086,19	6.498.254,49
2009	4.248.209,54	154.384,01	745.586,33	320.034,99	1.150,48	12.825,45	124.695,77	5.606.886,57
2010	4.670.795,83	150.421,06	654.660,89	174.487,99	345,25	24.278,77	184.928,	5.859.918,



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

							90	79
--	--	--	--	--	--	--	----	----

Fonte: SIAPE

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO XXII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do RS / DPRF/MJ													
UG/Gestão: 200119							CNPJ: 00.394.494/0114-13						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	26/2008	06.339.572/001-86	11/11/2008	Vigente	63	59	-	-	-	-	P
2007	V	O	05/2007	03.144.992/001-19	28/07/07	Vigente	22	22	-	-	-	-	P

Observação:
 Conforme o previsto no § 1º, Art. 1º. do Decreto 2.271/97 (transcrito abaixo), os serviços de limpeza e vigilância deverão ser executados, preferencialmente, por execução indireta, não estando abrangidos nas determinações contidas no Acórdão 1520/2006/TCU.
 Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.
 § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

QUADRO XXIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do RS / DPRF/MJ													
UG/Gestão: 200119						CNPJ: 00.394.494/0114-13							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	02/2009	08.997.468/0001-04	20/01/09	Vigente	1	1	4	4	-	-	P
2010	1	O	01/2010	06.339.572/0001-86	09/02/10	Vigente	2	2	1	1	-	-	P
2010	1	O	02/2010	09.310.539/0001-11	09/02/10	Vigente	2	2	15	15	-	-	P
2010	1	O	03/2010	72.173.164/0001-21	09/02/10	Vigente	-	-	2	2	-	-	P
2010	1	O	07/2010	06.888.220/0001-80	01/04/10	Vigente	-	-	7	7	1	1	P
2010	1	O	08/2010	06.888.220/0001-80	01/04/10	Vigente	-	-	6	6	-	-	P
2010	1	O	09/2010	06.339.572/0001-86	01/04/10	Vigente	-	-	41	41	-	-	P

Observação:
As medidas adotadas pelo DPRF, com vistas a cumprir o Acórdão TCU n. 1.520/2006-P, que trata do prorrogação dos prazos concedidos pelo TCU para a substituição de terceirizados na Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional por servidores concursados perpassa por alguns encaminhamentos, conforme segue:
Através do Ministério foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta para que fossem realizadas gestões no sentido de atender o contido no presente Acórdão de forma gradual. Houve tratativas no âmbito do MJ e SPOA, no intuito de realizar levantamentos acerca da demanda de terceirizados do Órgão, o que de pronto foi atendido por este Órgão.
Em um primeiro momento, foram realizadas as devidas substituições por servidores concursados no âmbito do MJ, ou seja, quanto ao cumprimento do cronograma para substituição das terceirizações a gestão ficou centralizada no Ministério da Justiça, de sorte que ao DPRF coube somente subsidiar com os dados pertinentes à matéria.
Inobstante, o DPRF tem envidados esforços no sentido de prover a área meio, que já possui Plano Especial de Cargos do DPRF, instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (aproximadamente 643 servidores) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.
O DPRF solicitou ao Ministério da Justiça, através do Ofício nº 162/2008-DG/DPRF, gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para que seja fixado em 3.411 (três mil quatrocentos e onze) o quantitativo de cargos no quadro funcional do Plano Especial de Cargos do DPRF, bem como autorizar a realização de concurso público para provimento de 2.665 (dois mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas no respectivo cargo, visando a substituição da mão de obra terceirizada.

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira e Divisão de Administração e Serviços-Gerais (DISEG/CGA)

O Quadro XXIV - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra encontra-se disposto no Anexo V.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No ano de 2010 o índice de absenteísmo (medido pelo número de atestados apresentados no período em relação ao número de dias de afastamento) ficou em 5,6%. Foram apresentados 680 atestados médicos representando o equivalente a 14.777 dias de afastamento, considerando um efetivo de 730 servidores.

O número de acidentes de serviço ficou em 09 (nove) ocorrências idêntico ao ano de 2009, envolvendo 1,23% da força de trabalho.

Segundo dados da Corregedoria Regional, o ano de 2010 foram aplicadas duas penalidades de suspensão atribuídas a policiais rodoviários federais após regular processo administrativo disciplinar.

Em termos de ação trabalhista, apurou-se que foram interpostas 15 (quinze) ações envolvendo funcionários de prestadores de serviço e 8 (oito) ações ajuizadas por servidores e pensionistas do Órgão.

A rotatividade de pessoal foi analisada na sede da 9ª Superintendência que em 2010 apresentou índice de 40,8%. Isso implica dizer que ocorreram 38 (trinta e oito) remoções internas para um efetivo de 93 (noventa e três) servidores¹. Essas remoções envolveram 33 (trinta e três) servidores. Ressalte-se que não significa que tais servidores ingressaram ou saíram da sede, mas sim foram objeto de remanejamento interno entre as áreas da administração.

A estrutura salarial dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal consta na tabela de remuneração dos servidores públicos federais 2010 nível intermediário para o cargo de policial rodoviário federal (item 10 do caderno 55 SRH/MPOG) e, para os demais cargos de nível superior, intermediário e auxiliar no item 45 do caderno 53.

¹Número de servidores que laboravam na sede em 31/12/2010, incluindo o CIOP.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

6. Informação sobre as transferências mediante convênios e instrumentos congêneres

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

6.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos Convênios e Contratos de repasse

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e de Contratos de repasse

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

7. Declaração referente ao registro de Contratos, Convênios e outros instrumentos congêneres

Declaro que as informações referentes a Contratos e Convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2009.

Porto Alegre, RS, 31 de março de 2011.

FERNANDO LUIZ LEHN DA COSTA
Chefe da Seção Administrativa e Financeira



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730

Declaramos o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Porto Alegre, RS, 31 de março de 2011.

ADRIANA CAMERA
Chefe da Seção de Recursos Humanos



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

O quadro XXV - aspectos do sistema de controle interno, encontra-se disposto no Anexo VI.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O quadro XXVI- Aspectos sobre a gestão ambiental, encontra-se disposto no Anexo VII.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro XXVII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, encontra-se disposto no Anexo VIII.

QUADRO XXVIII- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	1	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

O Quadro XXIX - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, encontra-se disposto no Anexo IX.

11.1.1 Análise crítica

A 9ª Superintendência Regional está dividida em 14 Delegacias, as quais estão agregados 40 postos ativos atualmente. Nesse contexto, os imóveis ocupados, em grande maioria, foram cedidos pelo então DNER quando da inclusão da Polícia Rodoviária Federal como Órgão da Segurança Pública previsto na Constituição Federal. São instalações inadequadas para o atual rol de ações de policiamento atribuídas à PRF.

A instalações prediais necessitam de reformas, ampliações ou construções novas para proporcionar melhores condições de trabalho ao servidores e atendimento ao público externo.

A localização atual dos postos de fiscalização da PRF aqui no RS também teve origem com o DNER, a qual, à época, possuía outros propósitos, Por isso, é necessário que se faça um estudo para o desenvolvimento de um novo modelo de policiamento. Tal estudo deve levar em consideração, entre outros fatores, a missão do Órgão e os recursos materiais e pessoais disponíveis, além de avaliar a adequação do emprego desses recursos aos novos conceitos de administração de rodovias federais.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO XXX – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5 Servidores e 4 Terceirizados.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Para o preenchimento das informações, foram reunidos os servidores das áreas representativas, adotando a metodologia indicada na Portaria 277/2010 do TCU.					



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Quadro XXXI – Despesa com cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 200119		Limite de utilização da UG: 10.800,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alexsandro Zanette Welyky	65098951020	1200	0	75	75
Eleci Apolonia Lautenschlager	37155334049	1200	0	411,22	411,22
Giovani Passaia Cazarotto	97636487004	1200	100	0	100
Sirlei Kuiava Pagliarini	56576692072	1200	0	0	0
Isnar da Silva Bunde	40269418091	1200	250	167,95	417,95
Adelar Augusto Visotto	62757920006	1200	0	0	0
Paulo Renato Constant da Cunha	34483489020	1200	0	0	0
Everton Luis Canterle	76213463020	1200	0	108,25	108,25
Leticia da Silva Paciello	65729170025	1200	205	101,59	306,59
Total utilizado pela UG			555	864,01	1419,01
Total utilizado pela UJ			555	864,01	1419,01

Quadro XXXII – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	0	0	0	0	0
2009	0	0	2	765,50	765,50
2010	3	555	5	864,01	1419,01



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

14. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ

Não se aplica à realidade da Unidade Jurisdicionada.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas do TCU e/ou controle interno

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O Quadro XXXIII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício, encontra-se disposto no Anexo X.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há conteúdo no exercício de 2010 a ser declarado.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

16. Informações sobre o tratamento de recomendações realizadas pela unidade de controle interno pertencente à estrutura do órgão

Não se aplica à realidade da Unidade Jurisdicionada.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RS		200119	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada em Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONTADOR PÚBLICO EM J
Coordenador



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO I

QUADRO III - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0663						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança pública nas rodovias federais				
Tipo de programa		Finalístico				
Objetivo geral		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos específicos		Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Gerente de programa		Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo		Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados		Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$		
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
*	*	R\$ 3.841.136,01	R\$ 3.545.699,67	R\$ 295.436,34	R\$ 3.373.395,78	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	2008	8,72	7,41	7,41	7,73
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no estado do Rio Grande do Sul no ano relativo à 1.000.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
O Indicador alcançou 95,9%. A força de trabalho e a disponibilidade orçamentária não permitiu alcançar números melhores. Entretanto os esforços no sentido de combater a alcoolemia e o excesso de velocidade lograram êxito para o atingimento da meta.						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador	Referência			Índice previsto	Índice atingido no



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	(unidade de medida)	Data	Índice inicial	Índice final	no exercício	exercício
2	Unidade	2008	218,84	202,5	202,5	223,78

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no estado do Rio Grande do Sul no ano relativo a 1.000.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

O Indicador em questão teve o alcance de 90,49%. A carência de efetivo, que é amplamente conhecida pela sociedade, dificulta a concretização de policiamento ostensivo nas rodovias através de ronda e, em consequência, prejudica o direcionamento das equipes para os pontos críticos. No entanto, através do Planejamento Operacional 2010, instituído por intermédio da Ordem de Serviço nº 06/2010-SPF/9ª SRPRF, buscou-se direcionar o policiamento no âmbito desta regional, de forma a integrarmos as ações das Delegacias, suas equipes táticas e Núcleo de Operações Especiais, otimizando assim os recursos, ampliando o conhecimento das equipes e consequentemente garantindo resultados exitosos no combate a criminalidade, bem como na melhoria de nosso trânsito.

Através do citado planejamento, efetuou-se durante o exercício ações distribuídas em três grupos principais: as Fiscalizações, os Comandos e as Operações de Combate a Criminalidade.

As fiscalizações de trânsito e os Comandos específicos priorizaram o fator da segurança de trânsito, atentando para o uso de cinto de segurança (inclusive no banco traseiro), aos equipamentos obrigatórios dos veículos e suas condições de conservação e segurança, assim como, enfatizando as fiscalizações de **alcoolemia, velocidade e ultrapassagem**, pois estas três, além de estarem entre as que mais causam acidentes, também tem o condão de contribuir para seu agravamento. Nesse sentido, verificamos resultados positivos no combate a alcoolemia na comparação com o ano anterior. As Operações visam o Combate a Criminalidade através de um novo formato de policiamento, no qual diante da carência de recursos humanos e no intuito de alcançarmos uma eficácia maior no combate a criminalidade em todo o estado, incentivando a integração das equipes táticas de todas as delegacias, operando através do reforço de efetivo da Sede da Regional, do Núcleo de Operações Especiais e das equipes de motociclistas do interior, para a intensificação da fiscalização em todas as delegacias. Através deste formato, obtivemos resultados significativos no combate a criminalidade, os quais serão demonstrados no Quadro referente ao Programa de Governo 1453.

Por fim, cabe destacar que ACIDENTE é todo acontecimento inesperado, inevitável ou não-intencional, de que resultam danos pessoais ou apenas materiais, para cuja ocorrência tenha contribuído um ou mais veículos em circulação na via pública, influenciado ainda por inúmeras outras variáveis entre elas, a via, o tempo, a formação dos condutores, a educação para o trânsito, a formação cultural, o aumento da frota, a impunidade e a tradição. Em nosso entendimento a PRF é apenas uma das inúmeras variáveis na busca de redução de acidentes de trânsito e de mortes nas rodovias.

Indicador: **Sensação de Segurança nas Rodovias Federais**

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	2007	65,00	80,00	80	Sem apuração

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

Por restrições orçamentárias/financeiras para aquisição de meios e movimentação de pessoal, o Indicador ainda não foi aferido. Pretende-se fazê-lo no início do exercício 2011.

* Dados não informados pelo DPRF referente a situação específica da UJ

Fonte: DPRF / Seção de Policiamento e Fiscalização



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO II

QUADRO V - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2011
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Equipamento mantido	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	23 Radares aferidos	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	1.543 servidores capacitados	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	101	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas	18 operações de inteligência realizadas	A meta física a ser realizada em 2011



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

							para o órgão central		atualmente é apenas para o órgão central
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	462 pessoas atendidas por ações de saúde nas rodovias	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	6209 pessoas beneficiadas com ações de educação de trânsito	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o órgão central
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	A meta física prevista atualmente e é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2011 atualmente e é apenas para o



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

									órgão central
*	*	1449	4017	*	*	Pessoa avaliada	*	*	*
*	*	750	2000	*	*	Servidor beneficiado	*	*	*
*	*	89	181	*	*	Pessoas beneficiadas	*	8	*
*	*	153	20EV	*	*		*	*	*
*	*	153	885	*	*	Projeto apoiado	*	*	*
*	*	153	8857	*	*	Pessoas beneficiadas	*	*	*
*	*	146	2346	*	*	Veículo fiscalizado	*	*	*
*	*	1463	2348	*	*	Concessões fiscalizadas	*	*	*

* Informações não localizadas

Fonte: DPRF, SIAFI e Seção Administrativa e Financeira.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO III

Tabela XXVII - Ação 2524 – Capacitação dos servidores do DPRF

Curso/Atividade	Objetivo	Previsão de servidores	Servidores capacitados
Módulo II do Programa de Atualização Policial - Tiro e Uso Legal e Seletivo da Força	Atualização nas técnicas para o manuseio do armamento e a consciência da necessidade do uso seletivo da força nos casos de enfrentamento	588	459
Curso de GL 108/E - Espargidor de Pimenta	Atualização para uso de um dispositivo largamente utilizado no meio policial, com utilidade comprovada.	588	335
Curso de Formação de Motociclista Socorrista	Formação de servidores do quadro da SAMU Metropolitana e da cidade de Porto Alegre para atuarem como motociclistas socorristas na condução das chamadas "motolâncias". Tal evento é decorrente de convênio firmado entre o DPRF e o Ministério da Saúde, com formação de servidores do quadro da PRF para atuarem como instrutores.	- x -	31
Curso para Habilitação ao Uso do DCE - Dispositivo de Condução de Energia, mais conhecido como "TASER"	Habilitação dos policiais para o correto uso do Dispositivo de Condução de Energia diante de um enfrentamento policial em que não é cabível o uso de armamento letal	588	577
Congresso Sul-Brasileiro de Comunicação no Serviço Público	Uniformizar os procedimentos da área de Comunicação dos mais diversos setores públicos, além de oportunizar o conhecimento do que há de mais inovador e relevante na área.	1	1
Curso/Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades	Atualização nas mais diversas técnicas e procedimentos que	1	1



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	envolvem a segurança e proteção de autoridades		
Curso Completo de Processo Disciplinar	Atualização/formação de servidores que, de alguma forma, estão envolvidos com o Processo Administrativo Disciplinar.	1	1
VI Curso de Operações Táticas Especiais – COTE	Atualização de servidores que trabalham nas divisões/núcleos de policiamento especial	1	1
Curso de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	Atualização dos Chefes de Delegacia na condução do Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	14	13
VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	Atualização dos servidores que trabalham na área administrativa e financeira no Serviço Público	3	3
Atualização de Gestores	Atualização focado nos servidores que atuam como gestores de pessoal em suas respectivas Delegacias	24	24

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO IV

Tabela XXXIII – Ação 8855 - Fortalecimento das Instituições de Segurança - resultados

Combate ao Crime - Apreensões		Unidade	Quantidade
Drogas	Crack	grama	17400
	Maconha	grama	1266
Contrabando / Descaminho	Bebida	litro	5850
	CD/VHS/DVD	unidade	8958
	Cigarros	pacote	3750
	Combustíveis	litro	100
	Equipamentos de Informática	unidade	6
	Eletrônicos	unidade	658
	Medicamentos	unidade	940
	Vestuário	unidade/par	1062
	Defensivos Agrícolas	quilo	117
	Armas de Pressão	unidade	17
	Munição para arma de Pressão	unidade	1000
	Armas	Revólver	unidade
Espingarda		unidade	2
Pistola		unidade	1
Munições	Calibre 22/32	unidade	156
	Calibre 38	unidade	60
	Calibre 12	unidade	18
	Calibre 20	unidade	50
Pessoas Detidas	Mandado	unidade	9
	Tráfico de Entorpecentes	unidade	3
	Roubo/Furto	unidade	1
	Contrabando / Descaminho	unidade	18
	Crimes de Trânsito	unidade	4
	Porte ilegal de armas	unidade	10
	Total	unidade	45
Fiscalização de Trânsito	Veículos Fiscalizados	unidade	5400
	Veículos Retidos	unidade	64
	Pessoas Fiscalizadas	unidade	7445



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	Autos de Infração	unidade	357
	Veículo Recuperado	unidade	1
	Embarcação Recuperada	unidade	1

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO V
QUADRO XXIV - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
05/2007	8	14	Sede – Porto Alegre
05/2007	8	6	NOE – Porto Alegre
05/2007	8	2	Posto Gravataí
26/2008	7	1	NOE-Porto Alegre
26/2008	7	1	Posto-Porto Alegre
26/2008	7	1	Posto – São Gabriel
26/2008	7	1	Del.Posto Osório
26/2008	7	1	Posto Carazinho
26/2008	7	1	Posto Pelotas
26/2008	7	1	Posto Caçapava do Sul
26/2008	7	15	Sede – Porto Alegre
26/2008	7	1	Del.Uruguaiana
26/2008	7	1	Del.Posto Santa Maria
26/2008	7	1	Del.Posto Passo Fundo
26/2008	7	1	Posto Santa Vitória do Palmar
26/2008	7	1	Posto Bagé
26/2008	7	1	Posto Lagoa Vermelha
26/2008	7	1	Del.Posto São Borja
26/2008	7	1	Posto Santana do Livramento
26/2008	7	1	Posto Alegrete
26/2008	7	1	Posto Dom Pedrito
26/2008	7	1	Posto Seberi
26/2008	7	1	CTS Porto Alegre
26/2008	7	1	Posto Pinheiro Machado
26/2008	7	1	Posto Uruguaiana
26/2008	7	1	Posto Cruz Alta
26/2008	7	1	Posto Santiago
26/2008	7	1	Del.Santana do Livramento
26/2008	7	1	Posto Camaquã
26/2008	7	1	Posto Pantano Grande
26/2008	7	1	Posto Tabaí
26/2008	7	1	Del.Posto São Leopoldo
26/2008	7	1	Posto Torres
26/2008	7	1	Posto Soledade
26/2008	7	1	Del.Eldorado do Sul
26/2008	7	1	Posto Erechim
26/2008	7	1	Posto Gravataí
26/2008	7	1	Posto Sarandi



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

26/2008	7	1	Posto Rio Grande
26/2008	7	1	Posto Santo Antônio da Patrulha
26/2008	7	1	Posto Montenegro
26/2008	7	1	Posto Nova Petrópolis
26/2008	7	1	Del.Posto Vacaria
26/2008	7	1	Posto Arroio Grande
26/2008	7	1	Del.Posto Caxias do Sul
26/2008	7	1	Posto Rosário do Sul
26/2008	7	1	Del.Posto Ijuí
26/2008	7	1	Posto Lajeado
02/2009	3	5	Sede – Porto Alegre
01/2010	1	3	Sede – Porto Alegre
02/2010	1	17	Sede – Porto Alegre
03/2010	1	2	Sede – Porto Alegre
07/2010	1	8	Sede – Porto Alegre
08/2010	1	6	Sede – Porto Alegre
09/2010	1	27	Sede – Porto Alegre
09/2010	1	1	NOE – Porto Alegre
09/2010	1	1	2ª Del. - Eldorado do Sul
09/2010	1	1	3ª Del. - Osório
09/2010	1	1	4ª Del. - Lajeado
09/2010	1	1	5ª Del. - Caxias do Sul
09/2010	1	1	6ª Del. - Vacaria
09/2010	1	1	7ª Del. - Pelotas
09/2010	1	1	8ª Del. - Passo Fundo
09/2010	1	1	9ª Del. - Santa Maria
09/2010	1	1	10ª Del - Ijuí
09/2010	1	1	11ª Del – Santana do Livramento
09/2010	1	1	12ª Del – São Borja
09/2010	1	1	13ª Del - Uruguaiana
09/2010	1	1	14ª Del - Sarandi

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Seção Administrativa e Financeira



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO VI					
QUADRO XXV - ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO VI					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: Para o preenchimento das informações, foram reunidos os servidores das áreas representativas, adotando a metodologia indicada na Portaria 277/2010 do TCU.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO VII					
QUADRO XXVI - ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4.				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Veículos bicombustíveis.				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO VII				
QUADRO XXVI - ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL	Avaliação			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e orientações verbais.				X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X			
Considerações Gerais: A análise foi realizada por grupo de servidores pertencentes às seguintes unidades: Seção de Policiamento e Fiscalização, Seção Administrativa e Financeira e Gabinete do Superintendente. Cumprido ressaltar que, no dia 25/11/2010, um grupo de três servidores desta Unidade, participou do Seminário “Contratações Públicas Sustentáveis”, organizado pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico em Porto Alegre e pela Escola da Advocacia Geral da União. Os temas do referido Seminário foram os seguintes: Constitucionalidade da inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas; Evolução legislativa das contratações sustentáveis; e O poder de compra do Governo Federal, O novo paradigma das Contratações Públicas - A Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG.				
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				



Ministério da Justiça
 Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO VIII

QUADRO XXVII – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Rio Grande do Sul	43	43
	Município : 1016 - TABAI	1	1
	Município : 7333 - TERRA DE AREIA	1	1
	Município : 7375 - PANTANO GRANDE	1	1
	Município : 8423 - ELDORADO DO SUL	2	2
	Município : 8507 - ALEGRETE	1	1
	Município : 8525 - ARROIO GRANDE	1	1
	Município : 8531 - BAGE	1	1
	Município : 8555 - CACAPAVA DO SUL	1	1
	Município : 8569 - CAMAQUA	1	1
	Município : 8591 - CARAZINHO	1	1
	Município : 8599 - CAXIAS DO SUL	1	1
	Município : 8619 - CRUZ ALTA	1	1
	Município : 8629 - DOM PEDRITO	1	1
	Município : 8637 - ERECHIM	1	1
	Município : 8683 - GRAVATAI	1	1
	Município : 8705 - IJUI	1	1
	Município : 8727 - LAGOA VERMELHA	1	1
	Município : 8729 - LAJEADO	1	1
	Município : 8749 - MONTENEGRO	1	1
	Município : 8767 - NOVA PETROPOLIS	1	1
	Município : 8773 - OSORIO	1	1
	Município : 8785 - PASSO FUNDO	1	1
	Município : 8791 - PELOTAS	1	1
	Município : 8793 - PINHEIRO MACHADO	1	1
	Município : 8801 - PORTO ALEGRE	1	1
	Município : 8815 - RIO GRANDE	1	1
	Município : 8831 - ROSARIO DO SUL	1	1
	Município : 8841 - SANTA MARIA	1	1
	Município : 8845 - SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1
Município : 8849 - SANTA VITORIA DO PALMAR	1	1	
Município : 8851 - SANTIAGO	1	1	
Município : 8855 - SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	1	
Município : 8863 - SAO BORJA	1	1	



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Município : 8869 - SAO GABRIEL	1	1
Município : 8877 - SAO LEOPOLDO	1	1
Município : 8883 - SAO MARCOS	1	1
Município : 8903 - SARANDI	1	1
Município : 8905 - SEBERI	1	1
Município : 8919 - SOLEDADE	1	1
Município : 8933 - TORRES	1	1
Município : 8951 - URUGUAIANA	1	1
Município : 8953 - VACARIA	1	1
Subtotal Brasil	43	43
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	43	43

Fonte: Sistema SPIUNet



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO IX								
QUADRO XXIX – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200119	1016.00001.500-0	4	4	337.168,48	13/12/04	*	0,00	0,00
200119	7333.00004.500-8	4	4	30.942,51	17/12/04	*	0,00	0,00
200119	7375.00002.500-2	4	4	30.233,41	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8423.00005.500-8	4	4	156.802,53	01/12/04	*	0,00	0,00
200119	8423.00006.500-3	4	4	81.987,71	01/12/04	*	0,00	0,00
200119	8507.00044.500-5	4	4	131.895,75	27/09/04	*	0,00	0,00
200119	8525.00006.500-6	4	4	242.174,18	22/09/04	*	0,00	0,00
200119	8531.00089.500-3	4	4	153.310,20	21/12/04	*	0,00	0,00
200119	8555.00007.500-3	4	4	60.316,43	27/09/04	*	0,00	0,00
200119	8569.00007.500-3	4	4	121.049,52	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8591.00007.500-0	4	4	136.544,18	28/10/04	*	0,00	0,00
200119	8599.00041.500-0	4	4	64.353,14	14/12/04	*	0,00	0,00
200119	8619.00023.500-0	4	4	72.838,80	26/10/04	*	0,00	0,00
200119	8629.00021.500-7	4	4	88.866,64	21/12/04	*	0,00	0,00
200119	8637.00012.500-9	4	4	66.917,00	28/10/04	*	0,00	0,00
200119	8683.00007.500-5	4	4	227.129,38	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8705.00031.500-0	4	4	152.998,50	28/09/04	*	0,00	0,00
200119	8727.00008.500-6	4	4	137.824,52	14/12/04	*	0,00	0,00
200119	8729.00004.500-0	4	4	250.183,29	13/12/04	*	0,00	0,00
200119	8749.00004.500-5	4	4	41.979,57	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8767.00010.500-6	4	4	218.815,02	14/12/04	*	0,00	0,00
200119	8773.00020.500-5	4	4	339923,91	17/12/04	*	0,00	0,00
200119	8785.00032.500-4	4	4	142.682,14	28/10/04	*	0,00	0,00
200119	8791.00083.500-7	4	4	445.959,31	22/09/04	*	0,00	0,00
200119	8793.00002.500-1	4	4	11.389,70	22/09/04	*	0,00	0,00
200119	8801.00384.500-4	4	4	381.030,80	24/07/06	*	0,00	0,00
200119	8815.00102.500-0	4	4	19.947,88	22/09/04	*	0,00	0,00
200119	8831.00027.500-4	4	4	92.828,25	21/12/04	*	0,00	0,00



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

200119	8841.00267.500-7	4	4	177.628,90	17/12/04	*	0,00	0,00
200119	8845.00041.500-0	4	4	93.138,13	21/12/04	*	0,00	0,00
200119	8849.00027.500-7	4	4	82.483,70	22/09/04	*	0,00	0,00
200119	8851.00074.500-5	4	4	35.748,62	21/12/04	*	0,00	0,00
200119	8855.00005.500-1	4	4	59.489,24	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8863.00037.500-7	4	4	130.958,55	21/12/04	*	0,00	0,00
200119	8869.00027.500-1	4	4	66.113,61	27/09/04	*	0,00	0,00
200119	8877.00045.500-0	4	4	368.109,79	22/12/04	*	0,00	0,00
200119	8883.00002.500-0	4	4	109.802,52	15/12/04	*	0,00	0,00
200119	8903.00005.500-5	4	4	38.293,45	28/10/04	*	0,00	0,00
200119	8905.00002.500-5	4	4	65.460,85	28/10/04	*	0,00	0,00
200119	8919.00004.500-6	4	4	208.115,50	13/12/04	*	0,00	0,00
200119	8933.00030.500-3	4	4	151.790,85	17/12/04	*	0,00	0,00
200119	8951.00054.500-2	4	4	83.739,30	27/09/04	*	0,00	0,00
200119	8953.00020.500-3	4	4	449.443,54	13/12/04	*	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

* Não foi indicado o valor da reavaliação

Fonte: Sistema SPIUNet



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ANEXO X

QUADRO XXXIII - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					2834
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-013.012/2007-6	412/2010 – 1ª Câmara	1.5.1.1	DE	Ofício 246/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Nona Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					2834
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5.1.1. abstenha-se de conceder adicional de insalubridade, quando não forem atendidos os requisitos abaixo explicitados, devendo ser suspensos os pagamentos já autorizados sem a sua observância:</p> <p>1.5.1.1.1. o benefício é exclusivo para aqueles que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou radioativas (art. 68 da Lei n. 8112/1990), o que não se caracteriza pelo fato de o servidor estar à disposição para exercer atividades nessas condições, ou por exercê-las em caráter esporádico ou ocasional (art. 3º, inciso I, do Decreto n. 97.458/1989);</p> <p>1.5.1.1.2. o pagamento do adicional somente será efetuado com base em laudo ambiental expedido por autoridade competente, que, conforme a Orientação Normativa SRH/MPOG n. 04/2005 (art. 11), se restringem a: Delegacias Regionais do Trabalho; serviços especializados de segurança e medicina do trabalho dos órgãos e entidades públicas; centros de referência em saúde do trabalhador, devidamente habilitados pelo Ministério da Saúde; universidades; outras instituições públicas conveniadas com a SRH/MP, ou administrativamente pela Coordenação de Seguridade Social e Benefícios do Servidor da SRH;</p> <p>1.5.1.1.3. o laudo ambiental deve ser assinado por no mínimo dois profissionais habilitados, sendo pelo menos um deles médico do trabalho ou engenheiro de segurança (Orientação Normativa SRH/MPOG n. 04/2005, art. 11, parágrafo único);</p> <p>1.5.1.1.4. o adicional somente pode ser concedido à vista de portaria de localização do servidor no local periculado (art. 4º do Decreto 97.458/1989);</p> <p>1.5.1.1.5. a solicitação e a contratação para elaboração do laudo devem partir da própria Administração e não de organizações sindicais ou entidades de classe, de modo a garantir a observância do princípio da impessoalidade estabelecido no art. 37 da Constituição Federal.</p> <p>1.5.1.2. realize levantamento, abrangendo o período de 2004 a 2006, a fim de identificar os servidores que, embora tenham recebido adicional de insalubridade no percentual de 20%, se expunham de forma apenas esporádica às condições associadas ao grau máximo de insalubridade, com vistas a obter o ressarcimento da diferença entre o valor pago (20%) e o valor devido (10%), atualizadas monetariamente, com fundamento nos arts. 46 e 47 da Lei n. 8.112/1990, adotando essa medida necessariamente para aquelas situações que, no "Laudo Técnico de Avaliação de Riscos Ambientais" de junho de 2006, foram caracterizadas na Ficha 2, ou, no caso da Ficha 1, quando o trabalho era executado no Núcleo de Comunicação Social - NUCOM, no Núcleo de Informática e Telecomunicações - NUTEL, na Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF ou no Núcleo de Inteligência - NUIINT;</p> <p>1.5.1.3. observe o disposto no art. 5º do Decreto n. 5.992/2006, no que tange à obrigatoriedade de realizar o</p>					



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

<p>pagamento de diárias a servidores de forma antecipada, de uma só vez, planejando com antecedência os deslocamentos, a fim de evitar pagamentos posteriores ou parcelados, fora das situações previstas nos incisos I e II do mencionado normativo;</p> <p>1.5.1.4. instaure os processos administrativos disciplinares ou sindicâncias, de forma tempestiva, evitando a prescrição da ação disciplinar, atentando para o disposto nos arts. 142 e 143 da Lei n. 8.112/1990, promovendo a conclusão e o julgamento desses processos dentro dos prazos legais, nos termos do arts. 152 e 167 desse mesmo diploma legal, envidando esforços no sentido de obtenção de recursos financeiros junto ao Ministério da Justiça para instauração e julgamento desses processos, além de efetivar a capacitação de servidores para o exercício de tais atividades;</p> <p>1.5.1.5. informe, no próximo Relatório de Gestão a ser remetido a este Tribunal, acerca dos seguintes pontos:</p> <p>1.5.1.5.1 o desfecho dos Processos ns. 08.660.003.007/2007-04 e 08.660.003.006/2007-51, concernentes ao ressarcimento de valores indevidamente percebidos pelos servidores de matrículas Siape ns. 0165628 e 0165644;</p> <p>1.5.1.5.2. o cumprimento pela unidade das determinações supra, em especial no que se refere à concessão de adicional de insalubridade.</p>	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Seção de Recursos Humanos/Corregedoria Regional	12184/14264
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Item 1.5.1.1 e 1.5.1.5.2 – Cumprimento parcial haja vista que foi suspenso o pagamento do referido adicional para o cargo de policial rodoviário federal, permanecendo, por decisão judicial – xxx, o pagamento para os servidores com cargo administrativo.</p> <p>Item 1.5.1.2 - Foi instaurado o processo nº 08.660. para a realização do levantamento proposto. O citado processo encontra-se em instrução.</p> <p>Item 1.5.1.3 e 1.5.1.4 – A UJ envida esforços para o cumprimento dos itens, entretanto ainda ocorrem casos fortuitos que impossibilitam a adoção das medidas necessárias em tempo hábil.</p> <p>Item 1.5.1.5.1 – Foram apurados os valores e, conforme orientação da Coordenação-Geral de Recursos Humanos/DPRF, abatidos nos processos nº 08.660.011.414/2005-15 e 08.660.010.981/2005-54 que tratam de pagamentos referentes a revisão de progressão funcional.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>Referente a concessão do adicional de insalubridade tem-se como fator que prejudicou o cumprimento da presente determinação a decisão judicial proferida e o baixo efetivo na área de recursos humanos.</p> <p>Reitera-se o supra-consignado referente ao itens 1.5.1.3 e 1.5.1.4, reforçando as peculiaridades da atividade policial para os deslocamentos, bem como o deficit de efetivo na área correicional.</p>	